



ACÓRDÃO Nº105/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº10570/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretária de Estado de Produção Rural - SEPROR
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** Eronildo Braga Bezerra (Ordenador de Despesa), Valdenor Pontes Cardoso (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Juarez Frazao Rodrigues Junior - OAB/AM 5851
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 339/2020-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR . Exercício de 2014.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Notificação. Ofício.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Produção Rural-SEPROR do **Sr. Eronildo Braga Bezerra**, Secretário de Estado no período de 01/01/2014 a 04/04/2014, ordenador da despesa, conforme o art. 22, III, “b” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/1996-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Produção Rural-SEPROR, exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do **Sr. Valdenor Pontes Cardoso**, Secretário de Estado no período de 14/05/2014 a 31/12/2014, ordenador da despesa, conforme o art. 22, III, “b” e “c” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/1996-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;



ACÓRDÃO Nº105/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Considerar em Alcance ao Sr. Valdenor Pontes Cardoso** no valor de **R\$ 8.042.776,89**, com fulcro no art. 304, III da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, referente à Restrição n. 09 da Notificação n. 216/2015-DICAD-AM, item 14 do voto. Fixar **prazo de 30 (trinta)** dias para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – alcance aplicado pelo TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Eronildo Braga Bezerra** no valor de **R\$15.000,00** fundamentada no art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 204/2020 e no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por impropriedades identificadas e não sanadas, descritas nos itens **6, 7-8, 9, 12-13, 19, 20, 21**, do voto, ratificando as irregularidades constantes das manifestações da Comissão de Inspeção e Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM),



ACÓRDÃO Nº105/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Valdenor Pontes Cardoso** no valor de **R\$ 30.000,00**, fundamentada no art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 204/2020 e no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por impropriedades identificadas e não sanadas, descritas nos itens **6, 7-8, 10-11, 12-13, 15-16, 17-18, 19, 20, 21**, do voto, ratificando as irregularidades constantes das manifestações da Comissão de Inspeção e Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



ACÓRDÃO Nº105/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.6. Determinar** a adoção de todas as determinações feitas pela Comissão de Inspeção do TCE/AM na Informação Conclusiva nº 10/2018 – DICAD/AM;
- 10.7. Notificar** o Sr. Eronildo Braga Bezerra, Sr. Valdenor Pontes Cardoso e demais interessados, bem como seus causídicos, com cópia do Relatório/Voto e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.
- 10.8. Oficiar** ao Ministério Público do Estado do Amazonas para que tome ciência do julgado e caso queira, frente as evidências de atos de improbidade administrativa cometidos pelo Sr. Eronildo Braga Bezerra e Sr. Valdenor Pontes Cardoso, dê sequência ao feito.

Vencido o voto do Relator pela regularidade com ressalva das contas da Secretaria de Estado de Produção Rural-SEPROR, quitação aos gestores e determinações ao órgão.

11- Ata: 5ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Fevereiro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DO SANTOS

Conselheira-Presidente, em sessão

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral